

A LIBERDADE HUMANA E A PRESCIÊNCIA DIVINA SEGUNDO GUILHERME DE OCKHAM

WILLIAM SARAIVA BORGES¹; PEDRO LEITE JUNIOR²

¹Universidade Federal de Pelotas – saraiva.borges@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – pedroleite.pro@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A recepção medieval do problema dos futuros contingentes, formulado e discutido por Aristóteles no nono capítulo seu *Peri Hermeneias*, levantou uma série de questões que jamais teriam sido cogitadas pelo Estagirita e cuja resolução, a partir do próprio sistema peripatético, implicaria uma série de consequências inaceitáveis do ponto de vista da doutrina cristã. Nesse embate, entre Aristóteles e a fé, a liberdade humana figura como um dos personagens principais e, naturalmente, Guilherme de Ockham (1280?-1347?) não deixaria de buscar uma solução para esse impasse. Para que se possa compreender a discussão concernente à liberdade humana, desenvolvida por Ockham em sua *Opera Philosophica et Theologica*, é preciso, antes de mais nada, retomar o aristotélico problema dos futuros contingentes e apontar, na sequência, ao menos alguns de seus desdobramentos medievais.

2. METODOLOGIA

Para a realização da presente pesquisa se utilizou uma metodologia de caráter bibliográfico, isto é, a leitura, a análise e a interpretação dos textos de Ockham e de seus comentadores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Aristóteles, as proposições afirmativas e/ou negativas concernentes ao passado e ao presente são, necessariamente, ou verdadeiras ou falsas (princípio de bivalência)¹, todavia, as proposições referentes ao futuro não se comportam do mesmo modo.² Com efeito, se o valor de verdade de uma proposição atinente ao futuro fosse previamente determinado por aquele que a enuncia, o fato por ela enunciado estaria fadado a ser deste ou daquele modo e, consequentemente, como afirma Aristóteles, “[...] nem seria necessário deliberarmos, nem nos esforçamos de maneira que, se fizéssemos isso, isso viesse a acontecer, mas se não fizéssemos isso, isso não acontecesse”.³ De acordo com o Estagirita, entretanto, essas consequências são absurdas, pois contrastam, manifestamente, com as evidências da experiência sensível:

[...] vemos, com efeito, que o princípio das coisas futuras em parte é proveniente do deliberar e do agir e que, de maneira geral, nas coisas que não são sempre em ato existe sempre o ser possível e o não ser possível, nelas ambos podem ser: tanto o ser quanto o não ser, por

¹ Cf. *Da Interpretação*, 9, 18a, 28 – 29.

² Cf. *Da Interpretação*, 9, 18a, 33 – 34.

³ *Da Interpretação*, 9, 18b, 31 – 33.

consequente, também o que acontecerá e o que não acontecerá, e vemos que são assim muitas coisas evidentes para nós.⁴

Aristóteles não parece disposto a admitir que as proposições concernentes ao futuro sejam regidas por qualquer determinismo lógico. Com efeito, asseverar a necessidade do futuro, implicaria, *ipso facto*, a radical destruição da liberdade humana e de toda a possibilidade de deliberação e de livre escolha das ações a serem praticadas ou evitadas. O Estagirita, todavia, na conclusão do capítulo 9 de seu *Peri Hermeneias*, procura apresentar uma solução compatibilista que salvguarde tanto o princípio de bivalência quanto a contingência do futuro, *conditio sine qua non* para a liberdade humana:

Necessariamente, tudo é ou não é, e será ou não será. Em verdade, não é em dividir que se pode dizer que uma das duas alternativas é necessária. Digo, por exemplo, que, necessariamente, acontecerá uma batalha naval amanhã ou não acontecerá; em verdade, nem acontecerá necessariamente a batalha naval amanhã, nem necessariamente não acontecerá. Todavia, acontecerá ou não acontecerá necessariamente.⁵

Esse sintético expediente, embora abstruso, contém o cerne da resposta aristotélica ao problema dos futuros contingentes. Ockham, ao comentar esse passo, clarifica e explicita com precisão o seu conteúdo:

[...] o futuro ser ou não ser é necessário, isto é, a disjuntiva composta pelos dois lados da contradição sobre o futuro é necessária. E, no entanto, dividindo não é necessário, isto é, nenhum lado desta disjuntiva é necessário, assim como a disjuntiva: “a batalha naval será amanhã ou a batalha naval não será amanhã” é necessária, e, no entanto, nem “a batalha naval será amanhã” é necessária nem a “a batalha naval não será amanhã” é necessária, por mais que a disjuntiva seja necessária.⁶

Ora, sendo necessariamente verdadeira ou falsa a disjuntiva formada por ambos os disjuntos contraditórios (e não cada um deles individualmente), o futuro pode ser considerado contingente e as ações humanas, consequentemente, livres. Assim sendo, Aristóteles recusa o determinismo lógico ou fatalismo em relação ao futuro e assegura a liberdade ao ser humano.⁷

Com efeito, a recepção do problema dos futuros contingentes por parte dos pensadores medievais tornou a questão ainda mais complexa, pois esse dilema lógico acarretaria consequências inconciliáveis com a doutrina cristã. De fato, segundo as Escrituras Sagradas, Deus é onisciente e, por conseguinte, presciente, isto é, conhece todas as coisas e as conhece de antemão. Se Deus conhece o futuro necessariamente, este não é mais contingente, mas determinado a ser do modo como é conhecido por Deus. Portanto, se o futuro é determinado, as escolhas humanas estão, inevitavelmente, fadadas a serem deste ou daquele modo e, por conseguinte, não seriam livres os seres humanos.

O *Venerabilis Inceptor*, então, se viu obrigado a enfrentar essa aporia filosófico-teológica, oferecendo a ela uma solução que, conciliando as conclusões de Aristóteles e a doutrina cristã, salvaguardasse tanto a liberdade humana como a presciência divina. Com efeito, assim se expressa o Minorita Inglês: “[...] o Filósofo diria que Deus não sabe evidente e certamente nenhum futuro contingente. No entanto, não obstante essa razão, deve-se ter que Deus conhece

⁴ Da *Interpretação*, 9, 19a, 7 – 11.

⁵ Da *Interpretação*, 9, 19a, 28 – 32.

⁶ *Exposição para o “Sobre a Interpretação”*, I, 6, §13.

⁷ Para uma exposição mais pormenorizada deste tema, cf. FLECK, 1997.

evidentemente todo futuro contingente. Mas não sei o modo de exprimi-lo”.⁸ Ora, propor que Aristóteles não admitiria a presciência de Deus é, de acordo com Oliveira, a grande “cartada” ou “jogada” de Ockham, a base de sua solução:

Aristóteles concederia que Deus não sabe o futuro contingente porque concederia que ninguém o sabe, ou seja, consideraria que Deus conhece as coisas do mesmo modo pelo qual os homens as conhecem. Ora, essa solução, a princípio herética, logo seria rotulada anacrônica, reduzida no máximo a um erro grosseiro de quem não tinha a mínima noção do que seria a divindade [...]: Aristóteles só asseveraria tal coisa porque ignorava completamente o conteúdo da revelação, portanto, não é possível imputar-lhe propriamente nenhum erro. [...] Aristóteles tem toda a razão ao dizer que, para um sujeito cognoscente como o homem, não é possível de modo nenhum saber a verdade ou a falsidade do futuro contingente [...].⁹

De acordo com Ockham, Aristóteles somente poderia afirmar que ninguém conheceria o futuro contingente, simplesmente, porque jamais teria sequer cogitado a existência de um Deus tal como o Deus judaico-cristão, conhecedor prévio de todas as coisas. Assim sendo, em suas investigações, o Estagirita teria considerado as possibilidades de conhecimento do futuro contingente unicamente em relação ao intelecto humano, para o qual, obviamente, esse conhecimento é impossível. Em outras palavras, se Aristóteles tivesse tido acesso à revelação cristã, certamente concederia que Deus conhece os futuros e, não obstante, também concederia que tais futuros permanecem contingentes. Essa é, pois, a empreitada não realizada por Aristóteles que o *Venerabilis Inceptor* precisa dar conta. Para Ockham, conseqüentemente,

[...] Deus certamente sabe todos os futuros contingentes; de modo que certamente sabe que lado da contradição será verdadeiro e que lado será falso; no entanto, de modo que todas as proposições como “Deus sabe que este – ou aquele – lado da contradição é verdadeiro” são contingentes e não necessárias [...]; digo que é impossível exprimir com clareza o modo pelo qual Deus sabe os futuros contingentes. No entanto, deve-se assumir que sabe apenas contingentemente.¹⁰

4. CONCLUSÕES

Eis, portanto, o cerne da resposta de Ockham: Deus conhece o futuro contingentemente, isto é, conhece o futuro não como algo necessário (que deve ser imutavelmente do modo como é conhecido), mas conhece como algo contingente (que tanto pode ser como não ser). Desse modo, o futuro é conhecido

⁸ *Ordinatio*, d. 38. “[...] o Filósofo diria que Deus também não sabe mais um lado da contradição que outro; melhor, nenhum é sabido por Deus [...]. No entanto, segundo a verdade e os teólogos, deve-se dizer diferentemente, porque se deve dizer que Deus determinadamente sabe um dos lados” (*Exposição para o “Sobre a Interpretação”*, I, 6, §15). Cf., também, *Tratado sobre a predestinação*, q. 1 [5ª e 6ª suposições] e q. 2 e *Suma Lógica*, III-3, 32.

⁹ OLIVEIRA, 2014, pp. 16-17.

¹⁰ *Tratado sobre a predestinação*, q. 1 [6ª suposição]. “[...] sem dúvida se deve ter que Deus sabe certa e evidentemente todos os futuros contingentes. Mas declarar isso evidentemente e exprimir o modo pelo qual sabe todos os futuros contingentes é impossível a todo intelecto em seu estado atual. [...] por mais que Deus saiba sobre todos os futuros contingentes qual lado será verdadeiro e qual [lado será] falso, esta, no entanto, não é necessária: ‘Deus sabe que este lado será verdadeiro’. Pelo contrário, ela é contingente na medida em que, por mais que ‘Deus saiba que este lado da contradição será verdadeiro’ seja verdadeira, é, no entanto, possível que ela jamais tivesse sido verdadeira” (*Ordinatio*, d. 38).

por Deus e nem por isso deixa de ser contingente. E assim, permanece Deus presciente e o ser humano livre para deliberar e escolher. De fato, conforme o Minorita Inglês, “[...] um lado da contradição é determinadamente verdadeiro, de modo que não é falso. É, no entanto, contingentemente verdadeiro e, por isso, é verdadeiro de modo que pode ser falso e pode jamais ter sido verdadeiro”.¹¹

Ora, os fatos ou estados de coisas só podem ser considerados contingentes na medida em que dependem de um agente livre que delibera e age quanto ao que quer. Este é o caso, portanto, do ser humano: ele é livre para escolher o que quiser.¹² Com efeito, a contingência do futuro, indispensável à liberdade humana, não é comprometida pela presciência de Deus nem a presciência divina é atingida pela contingência do futuro, pois Deus sabe todas as coisas, mas as sabe contingentemente e, sendo estas contingentes, é, portanto, livre o ser humano.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Da Interpretação** [*Peri Hermeneias*]. Tradução de J. V. T. da Mata. São Paulo: UNESP, 2013.

FLECK, F. P. de A. **O problema dos futuros contingentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

OCKHAM, G. *Escrito sobre o primeiro livro das “Sentenças”* [*Ordinatio*, distinções 38, 39, 40 e 41]. Tradução de C. E. de Oliveira. In: **Entre a Filosofia e a Teologia**. São Paulo: Paulus, 2014, pp. 259-293.

_____. *Exposição para o “Sobre a Interpretação” de Aristóteles* [livro I]. Tradução de C. E. de Oliveira. In: **Entre a Filosofia e a Teologia**. São Paulo: Paulus, 2014, pp. 145-223.

_____. *Suma Lógica* [parte III-3, capítulo 32]. Tradução de C. E. de Oliveira. In: **Entre a Filosofia e a Teologia**. São Paulo: Paulus, 2014, pp. 303-311.

_____. *Tratado sobre a predestinação e a presciência divinas e os futuros contingentes*. Tradução de C. E. de Oliveira. In: **Entre a Filosofia e a Teologia**. São Paulo: Paulus, 2014, pp. 225-258.

OLIVEIRA, C. E. **Entre a Filosofia e a Teologia: os futuros contingentes e a predestinação divina segundo Guilherme de Ockham**. São Paulo: Paulus, 2014.

¹¹ *Ordinatio*, d. 38. Oliveira assim resume a posição assumida pelo *Venerabilis Inceptor*: “o nó da solução ockhamiana consiste em dizer que o conhecimento divino da determinação do futuro contingente, diversamente do que é requerido pela argumentação aristotélica, não se segue da necessidade da verdade da proposição, ou seja, da determinação atual daquilo que é por ela enunciado” (OLIVEIRA, 2014, p. 31). “Em suma, Deus saberia determinadamente qual lado de um par de proposições contraditórias sobre o futuro contingente é verdadeiro. Consequentemente, saberia se uma proposição sobre o futuro contingente é verdadeira ou falsa. Mas, ainda assim, a indeterminação do futuro contingente e, consequentemente, dos lados da contradição, persistiria” (*idem, ibidem*, p. 28), ou seja, “[...] esse conhecimento não implicaria que a proposição sobre o futuro contingente fosse também necessária” (*idem, ibidem*, p. 27).

¹² “[...] cumpre saber que nada do que o Filósofo fala aqui é contingente quanto ao que se queira, senão o que está no poder de algum agente livre ou depende de algum que tal. E, por isso, nos puros naturais, isto é, nos animados unicamente pela alma sensitiva e nos inanimados, não há contingência nem acaso nem fortuna, a não ser que dependam de algum modo de um agente livre” (*Exposição para o “Sobre a interpretação”*, I, 6, §15).